

515
agosto 2016

Que cooperação para que desenvolvimento?



AMÉRICA LATINA *em movimento*



Foto de capa
AOED

Desenho da capa
Verónica León

515
Edição em espanhol
julho 2016
Ano 40, 2ª temporada
Edição em português
agosto 2016

Que cooperação para que desenvolvimento?

- 1 A revista
América Latina em Movimento
Apresentação
- 2 América Latina e Caribe:
Uma perspectiva própria
Alberto César Croce
- 5 Bem-Viver e busca de alternativas
Milton Mejía
- 9 A encíclica Laudato Si e as propostas de Francisco
Rubén Gilardi
- 12 Cooperação Sul-Sul e integração regional
Karina Cáceres Ortega
- 16 América Central:
O final de uma etapa
Helmer Velásquez
- 19 Movimentos indígenas:
Risco de recolonização?
Norma Maldonado
- 22 A perspectiva do movimento sindical
Kjeld Jacobsen y Giulia Massobrio
- 25 Igualdade de gênero:
Novas agendas, velhos desafios
Mónica Novillo
- 27 Juventude e cooperação internacional
Malena Famá, Aomori Matsumoto, Cesar Artiga, Josefina Villegas

A revista América Latina em Movimento

É com prazer que a Diretoria do Senge-RJ vem participando diretamente da produção e do lançamento da versão em português da revista *América Latina em Movimento*. Entendemos que ela preenche uma lacuna importante no processo de discussão dos problemas e na integração dos povos da região. Há muito este instrumento se fazia necessário, principalmente por causa de uma conjuntura pautada pela submissão e exploração secular da região às potências centrais, em especial a América Central, mas também local privilegiado da luta pela soberania nacional, tendo como palco Cuba.

Em todas as matérias um leque bastante amplo de problemas é esmiuçado e discutido em profundidade revendo de forma crítica os modelos de desenvolvimento anteriores. Isto se dá juntamente com as novas questões colocadas pela sociedade no momento atual, como a predação ambiental, suas contrapartidas na forma de políticas de sustentabilidade, a necessidade de mudança nas matrizes energéticas etc.

Associado a este processo está uma revisão profunda, no corpo da revista, dos métodos de análise influenciados por perspectivas positivistas muito em voga em conjunturas anteriores, que coloca em destaque um desenvolvimento diferente não somente econômico, mas que privilegie o bem viver das populações.

América Latina em Movimento também privilegia a necessidade de uma revalorização das culturas e sabedorias das populações originárias da região, considerando que elas fazem parte indispensável da construção desse novo modelo.

Finalmente a revista enfatiza a necessidade da construção de um futuro comum para a região dentro de um quadro de crise profunda e duradoura do atual modelo civilizatório, através da constituição de um novo paradigma cultural e econômico, estudando alternativas, discutindo propostas e revendo o passado recente com os olhos no futuro.

**Sindicato dos Engenheiros
no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ)**

América Latina e Caribe: Uma perspectiva própria

Alberto César Croce

A América Latina e o Caribe, nossa região, atravessam imensos desafios no presente momento histórico. Alguns são estruturais e permanentes, mas outros, de alguma forma, são novos e exigem posicionamentos e olhares para os quais não estávamos nem estamos tão preparados.

A segunda década do século XXI encontra um continente onde as desigualdades se aprofundaram de maneira dramática. Os esforços de vários governos “populares” para desenvolver modelos distributivos anteriormente inimagináveis se depararam com o muro de interesses de setores da direita latino-americana que, a partir da nova articulação entre grupos muito poderosos do Poder Judiciário e os meios de comunicação, conseguiram deter estes processos e impor limites duros a eles.

Ajudados pelas incoerências e inconsistências no próprio interior dos setores progressistas, estão conseguindo desviar a história em direção a um modelo econômico neoliberal que parecia ter sido derrotado com maior contundência do que a que estamos comprovando hoje.

Desde a epopeia do “Não à ALCA” a este cenário de “fortalecimento do Tratado Transpacífico (TTP)”, passaram-se – somente – dez anos.

Alberto César Croce é coordenador regional da Alianza de Organizaciones por la Eficacia al Desarrollo - Regional América Latina y el Caribe - AOED-ALC.

Tudo é recente demais para permitir tirar conclusões definitivas. As mudanças estão ocorrendo e estamos sendo protagonistas disso. Nosso papel é vivê-las como atores ou espectadores. São processos como o da Venezuela, que está à espera de resolução e pode fazer variar substancialmente qualquer prognóstico de evolução da situação regional. O do Brasil, que sofre um novo “golpe branco” a partir das pressões dos setores mais ricos, que manipulam a imprensa e a justiça, alterando “legalmente” os processos democráticos. Ou a situação do Peru, com uma enorme paridade num segundo turno, que debilitou o governo constitucional a ponto de tornar muito complexa sua governabilidade. E assim por diante em cada um dos países da região... Por isso, ainda não é possível se aventurar em definições de longo prazo.

Desenvolvimento para os povos

Todas as Redes de Organizações da Sociedade Civil que atuam nos campos de incidência em nível global ou regional procuram – cada uma segundo sua especificidade – impulsionar ou monitorar os processos de desenvolvimento de e para os povos.

À Alianza de Organizaciones por la Eficacia al Desarrollo - Regional América Latina y el Caribe (AOED-ALC) compete especialmente monitorar os processos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e impulsionar, a partir dos diferentes países e

setores que a compõem, processos que a envolvam como ator central. Nos dias de hoje, isso é uma tarefa particularmente complexa.

Por um lado, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento também está vivendo um momento muito próprio. O mundo, atravessado por contradições extremamente profundas e por formas de terrorismo que se manifestam com um poder inusitado e uma lógica sem piedade, ao mesmo tempo muito difíceis de neutralizar, está gerando cenários imprevisíveis em relação à Europa, com grandes migrações de populações em busca de refúgio e condições mínimas de segurança nos países centrais.

Esta situação, entre tantas outras, acabou de pôr em xeque a chamada “Cooperação Internacional”. Os países centrais olham para “dentro” de si mesmos, e isto torna cada vez mais escancarado que, quando se propõe cooperação “para fora”, salvo honrosas exceções, trata-se de operações interessadas em promover o comércio internacional com outros países.

Aos poucos, a “Cooperação” foi se concentrando nas ajudas aos países que sofrem catástrofes humanitárias ou naturais. A lógica da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento está cada dia mais relegada e enfraquecida.

Promove-se a “Cooperação Sul-Sul”, porém com uma clara intenção de deixar nas mãos dos países agora “emergentes” ou “de Renda Média” suas próprias possibilidades e necessidades de desenvolvimento. Para além dos discursos que valorizam estas iniciativas e reconhecem muitas virtudes neste tipo de cooperação, a procura por se desligar das responsabilidades pelo desenvolvimento dos países não centrais está cada vez mais evidente no cenário internacional.

Por outro lado, a **crise financeira internacional** que afeta todo o planeta de diversas formas, mas especialmente os próprios Estados, arriscadamente endividados entre si em níveis insustentáveis, chama atenção para o denominado “Setor Privado” como um ator decisivo no alcance de alguns patamares de desenvolvimento. Este Setor, beneficiado escandalosa-

mente pelas políticas internacionais impostas por ele mesmo, encontra no lucro e na especulação — e não na solidariedade — seu motor fundamental. Dificilmente será o sócio anunciado e ansiado pelos documentos internacionais que falam sobre ele. Sem as regulações, os controles e as sanções que os Estados lhe devem impor, pouco ou nada fará pelo desenvolvimento do planeta. E à medida que os Estados estejam realmente controlados pelo Setor Privado, o caminho pelo qual se transita é justamente o inverso. Cada dia fica mais evidente que o Setor, em nível internacional, violentando qualquer regra ética, move-se no mundo da opacidade e da evasão tributária, derramando grandes capitais em operações e transações ilícitas.

O outro aspecto decisivo tem a ver com a **ameaça ambiental** no planeta. A “casa comum” está no limite de suas possibilidades de sustentabilidade, assinalam os especialistas. As advertências realizadas na última Conferência sobre o Clima-COP 21 de Paris marcam a tênue linha vermelha que já estamos atravessando. Neste contexto, “Desenvolvimento” é uma palavra que se torna paradoxal em si mesma. Querer “desenvolver” os países mais pobres para chegarem ao nível dos ricos parece nos levar ao abismo. Não querer fazê-lo nos leva a cristalizar a injustiça. O mesmo acontece no interior de cada país. Os que mais ameaçam o ambiente são os maiores consumidores. É verdade que os pobres do mundo, especialmente os que vivem aglomerados nas grandes cidades, têm práticas cotidianas altamente contaminadoras, mas os setores ricos, que se apresentam como mais cuidadosos em relação a esses assuntos, são os responsáveis pelos grandes empreendimentos que destroem tudo (florestas, mares, rios, ar, chuvas...) sem nenhuma medida.

Eficácia do desenvolvimento

Neste contexto, o que pode significar realmente a “eficácia do desenvolvimento”?

Na América Latina e no Caribe, contamos com um ativo fundamental: o conhecimento e a sabedoria de nossos povos originários. Não é um

saber arcaico e de museu, mas uma consciência vivaz de milhões de pessoas que habitam esta região. Viemos tratando de articular estes saberes em torno do conceito de “Sumak Kawsay” ou Bem Viver. Basicamente, afirmando que não nos interessa alcançar o tipo de desenvolvimento que os países do Norte ou do Centro nos propõem. No entanto, isto também nos gera imensas contradições, especialmente no que se refere à “exploração” de nossos recursos naturais. Num mundo em que se deixou para a América Latina e o Caribe o lugar de continuar como fornecedor de matérias-primas, sendo estas ainda o principal recurso exportável de nossos países, é muito difícil encontrar alternativas ao modelo “extrativista” que nos é proposto como motor de nosso próprio desenvolvimento.

As tensões que atravessamos como região são diversas e muito profundas. Perguntamo-nos como é possível nos desenvolver com um modelo próprio capaz de resolver todas as contradições que apontamos e que não são as únicas. Para os setores historicamente dominantes em nossa região, a saída é renunciar ao que entendem como visões utópicas da realidade e inserir-se no mundo para entrar no jogo que nos está proposto. Esse jogo hoje exclui milhões e milhões de seres humanos considerados simplesmente como cartas fora do baralho. A AOED-ALC não pode abraçar essa proposta sem renunciar à nossa própria razão de ser. Para nós, não existe nenhum “desenvolvimento” que não inclua todos e todas, inclusive a Mãe Terra, da qual fazemos parte. Para nós, qualquer proposta que não contemple esta perspectiva não pode ser vis-

ta como uma saída, senão como uma armadilha. O preceito dos povos andinos de “não mentir, não roubar e não ser preguiçoso” parece tão simples como necessário diante dos males que nos afligem...

Não se ter todas as respostas à mão pode ser visto como uma debilidade. Entretanto, reconhecê-lo é verdadeiramente uma fortaleza. Avançar certos de saber tudo o que necessitamos, sem saber realmente, pode nos levar a cometer erros maiores e com consequências ainda mais devastadoras. Assumimos que, em meio a tantas contradições e desafios, caminhamos às cegas. No entanto, buscamos de forma irrenunciável o caminho que nos leve à saída desse labirinto, descartando soluções individualistas que nos salvem isoladamente, enquanto as grandes majorias sucumbem às injustiças a que o modelo internacional as submete.

Os artigos da revista *América Latina em Movimento*, com olhares diversos a partir de distintas perspectivas, tentam nos ajudar a encontrar algumas pistas por onde seja possível continuar avançando – a partir das visões dos distintos setores e das várias sub-regiões da América Latina e do Caribe. São visões diferentes mas não contraditórias, e expressam a busca, as perguntas e as tentativas que vamos fazendo nestas terras protegidas pela Pachamama, regadas pelas chuvas do Amazonas e do Paraná, custodiadas pelos condores, alimentadas pelo milho e aquecidas pelo Inti que aparece sobre o Illimani, o Aconcágua e o Popocatepetl e nos recorda que há uma fidelidade irrenunciável às nossas raízes e ao nosso futuro comum. ◀

Bem-Viver e busca de alternativas

Milton Mejía

Para pensar a construção de alternativas ao modelo econômico de desenvolvimento imposto em nossa região e no âmbito global desde o século passado, desejo compartilhar, a partir da experiência da fé, uma perspectiva crítica a essa modelo e os desafios dos setores sociais e das Organizações Baseadas na Fé (OBFs) na região.

Perspectiva crítica ao “modelo de desenvolvimento”

Para encontrar alternativas ao modelo de desenvolvimento, é necessário construir uma independência epistêmica dos paradigmas eurocêntricos da modernidade e de seus padrões mentais, que perpetuam a colonização cultural sobrevivente, após a colonização do território. A Rede Nuevo Paradigma constata isso, quando analisa o fato de que a ideia de uma economia para o desenvolvimento tem uma longa história, percorre atualmente o mundo todo e domina nossos imaginários pessoais e sociais. Segundo esta Rede:

Desde 1492, o “desenvolvimento” foi a mais atraente e ambígua ideia estimulando a atenção de governos, líderes e sociedades independentemente de raça, religião e ideologia. Sua promessa de progresso

positivo, gradual, linear e cumulativo se transformou na fonte de esperança da humanidade nos últimos cinco séculos. Ironicamente, apesar de as promessas feitas em seu nome nunca serem cumpridas, os valores, conceitos, premissas, etc., criados para sustentar esta ideia, ainda dominam o imaginário social dos povos, o repertório semântico dos especialistas e as estratégias retóricas dos discursos oficiais e alternativos no Norte, Sul, Leste e Oeste (Rede Nuevo Paradigma 2005, 22).

De acordo com esta análise, a ideia do “desenvolvimento” tornou-se presente durante a modernidade. A partir deste modelo, construímos nossos modos de organização social, intervenção nas comunidades e relações com a natureza. Isto fez com que “Nossas formas de ver o mundo e de atuar também fossem criadas a partir de tal ideia, ao longo de nossa existência, através da tradição, religião, educação e ciência.” (Rede Nuevo Paradigma 2005, 22) Por isso, o normal é que, em todos os planos e ações dos governos, nossas organizações sociais e religiosas, para realizar a missão e ação social, incluam de alguma forma a necessidade de contribuir para o crescimento econômico e para o desenvolvimento da pessoa, da família, da igreja, da comunidade e da instituição.

O modelo vigente de economia para o desenvolvimento não só vai de vento em popa, como parece se fortalecer, apesar de sua permanente crise, que incrementa efeitos negativos nos

Milton Mejía é secretário-geral do Consejo Latinoamericano de Iglesias (CLAI) e professor de Teologia da Universidad Reformada na Colômbia (CUR).

seres humanos e na natureza. Diante desta realidade, vários de seus críticos demonstram que ele fracassou como “modelo de desenvolvimento”, embora o discurso do desenvolvimento ainda continue contaminando a realidade social e permaneça no centro de uma poderosa, porém frágil constelação semântica (Escobar 2012, 25). O que se está propondo, por essa razão, é que as alternativas não passem por fazer reformas, correções ou ajustes técnicos no modelo econômico de desenvolvimento, mas por revelar, distanciar-se e substituir as lógicas sob as quais este se construiu e se sustenta, o que faz parte da forma normal de pensar, ser e viver no plano pessoal e social construída durante a modernidade.

Bem-Viver, uma nova cosmovisão para uma alternativa ao desenvolvimento

Arturo Escobar (2012) analisa o modo como alguns movimentos sociais e intelectuais da América Latina intuem medidas possíveis para se distanciar do modelo civilizatório de uma economia para o desenvolvimento, que teve primazia durante a modernidade e hoje é capaz de se impor em nível global por meio das tecnologias de comunicação. Ele destaca a necessidade de reconhecer a crise do modelo civilizatório ocidental, invocada por amplos setores como a causa mais importante da atual crise global de energia/clima e pobreza. Diante desta crise, torna-se urgente uma mudança na direção de um novo paradigma cultural e econômico, que já está sendo reconhecido como necessário e está em construção entre vários setores sociais e políticos da América Latina. Isso pode ser vislumbrado nos debates sobre definição de desenvolvimento e os direitos da natureza que estão sendo realizados entre movimentos e lutas sociais em diversas partes do continente e podem ser interpretados em termos de dois processos inter-relacionados — as ontologias relacionais e uma redefinição da autonomia política (Escobar 2012, 33).

Um destes debates gira em torno da cosmovisão do Bem-Viver introduzida nas constituições do Equador e da Bolívia. Para seus participan-

tes, mais que uma declaração constitucional, o Bem-Viver significa uma oportunidade de construir coletivamente um novo modelo de relações entre os seres humanos e com a natureza, rompendo com o modelo clássico de progresso linear ascendente e desenvolvimentista imposto durante a modernidade.

A forma como o Bem-Viver vem ganhando espaço no cenário político regional demonstra como estão sendo construídas alternativas na América Latina. Este surgiu de várias décadas de lutas indígenas, articuladas com múltiplas agendas por mudanças sociais dos trabalhadores do campo, afrodescendentes, ambientalistas, estudantes, mulheres e jovens. Por esse motivo, o Bem-Viver se apresenta como uma oportunidade de construção coletiva de uma nova forma de pensar e de estilo de vida individual, comunitária e social (Escobar 2012, 34). E isto é possível, dado que:

As ontologias ou cosmovisões indígenas não partem de uma noção linear de desenvolvimento nem de um estágio de subdesenvolvimento que deve ser superado, não são baseadas na escassez ou na primazia de bens materiais. Ecoando estes princípios, o Bem-Viver pretende introduzir uma filosofia de vida diferente na visão sobre a sociedade. Isto possibilita uma ética do desenvolvimento que subordine os objetivos econômicos a critérios ecológicos, à dignidade humana e à justiça social (Escobar 2012, 34-35).

A partir desta perspectiva, procura-se aprender a viver novas relações sociais e com a natureza, que articulem economia, meio ambiente, sociedade e cultura, incluindo questões de justiça social e intergeracional, reconhecendo as diferenças culturais e de gênero, situando a interculturalidade como princípio diretor e novas ênfases político-econômicas, tais como a soberania alimentar, a proteção da natureza e o direito humano à água. O Bem-Viver, nesta perspectiva, não é um projeto cultural-político puramente indígena andino. Também é influenciado pelas correntes críticas do pensamento

ocidental, e seu objetivo é influir nos debates regionais e globais sobre busca de alternativas a partir de outras cosmovisões, racionalidades, formas de viver e pensar. O Bem-Viver busca reverter o caráter colonialista do poder, do conhecimento e do ser que caracterizou o sistema mundo moderno/colonial que dá suporte ao modelo científico e econômico liberal, o ideal de uma sociedade de progresso-desenvolvimento-crescimento para o bem do ser humano (Escobar 2012, 35).

A partir da recuperação, recriação e apropriação destas cosmovisões, estão surgindo na América Latina práticas urbanas e rurais de organização e mobilização de comunidades que afirmam não ser suficiente tomar o poder para governar as instituições do Estado, se for para continuar aplicando a mesma lógica do modelo econômico de desenvolvimento. Esta perspectiva foi assumida primeiramente pelos zapatistas, que proclamaram não desejar tomar o poder mas criar novas relações sociais e com a natureza. Hoje, esta perspectiva é compartilhada pelos movimentos indígenas do Equador, da Bolívia, pelos sem-terra brasileiros, os desempregados e operários de fábricas recuperadas da Argentina, as comunidades de biodiversidade na Colômbia. Muitos destes movimentos ocupam territórios e os defendem, e criam neles criam novas relações sociais e com a natureza. A relação com os territórios é o traço distintivo mais importante que lhes está permitindo resistir ao modelo econômico neoliberal e criar alternativas locais que estão começando a se conectar no plano global (Zibechi 2008, 20-202). O que distingue esses territórios é que:

... são espaços de auto-organização, espaços de poder onde se constrói coletivamente uma nova organização da sociedade. Os territórios dos movimentos, surgidos primeiro nas áreas rurais (camponeses e indígenas) e há alguns anos também em algumas grandes cidades (Buenos Aires, Caracas, El Alto...), são os espaços onde os excluídos asseguram sua sobrevivência diária. Isto significa que agora os movimentos estão começando a tomar as rédeas da vida

cotidiana das pessoas que os integram (Zibechi 2008, 201-202).

Desta forma, podemos observar em nossa região o surgimento dessas novas cosmovisões e experiências que se distanciam do modelo econômico clássico. Hinkelammert e Mora o confirmam ao afirmarem que “a construção de alternativas em nossa região e em nível global passa por uma renovação radical de nossos atuais marcos conceituais, marcos que não apenas predeterminam nossa percepção da realidade, mas limitam além disso as metas da ação humana que podemos conceber”. A partir desta perspectiva, propõem um horizonte para a reconstrução da teoria econômica, que supere a sua concepção como a arte do lucro e a recupere como a arte de gestionar a produção e distribuição dos bens necessários para abastecer a comunidade e satisfazer as necessidades humanas (2008, 21). Ou seja, uma Economia para a Vida tendo como centro a vida real dos seres humanos e não as teorias econômicas neoclássica e neoliberal da tradição positivista ocidental. Segundo eles, uma Economia para a Vida deve se ocupar das condições que tornam a vida possível, a partir do fato de que o ser humano é um ser natural, corporal, portador de necessidades (sujeito de necessidades). Sendo assim, ocupa-se particularmente da produção e reprodução das condições materiais (biofísicas e sócio-institucionais) que tornam a vida possível e sustentável por meio da satisfação das necessidades e do gozo de uma vida plena para todos e todas (Hinkelammert y Mora 2008, 28).

Qual o papel das organizações sociais e das OBFs diante desta realidade de crise do modelo de desenvolvimento imperante e destas experiências alternativas emergentes? Para Boff (2014), estamos vivendo como no tempo de Noé, que fazia um apelo para mudar de vida mas as pessoas não o escutavam, por viverem muito tranquilas de acordo com a forma de pensar de seu tempo. Por isso, é urgente não só atualizar o chamado de Noé para mudar nosso estilo de vida, mas também escutar o chamado de Paulo em *Romanos 12*, quando nos diz que necessitamos mudar a for-

ma de pensar para mudar a forma de viver. Em outras palavras, hoje necessitamos deixar de pensar que fazendo ajustes ou reformas na economia vamos reduzir a pobreza, a violência e a deterioração da natureza. Tanto teórica quanto empiricamente, já foi demonstrado que, quando o sistema econômico “funciona melhor”, a desigualdade é maior.

Como OBFs, nosso desafio é dialogar, acompanhar e construir alternativas ao lado das comunidades que estão promovendo experiências para reconstruir a economia e o desenvolvimento, a partir das cosmovisões de nossos povos ancestrais e de nossa perspectiva de fé. Dessa maneira estaremos contribuindo para a busca de um novo paradigma de relações entre os seres humanos e com a natureza, que dê como fruto a justiça, a igualdade e a paz presentes em nossas tradições religiosas. ☞

Referências

BOFF, Leonardo (2014). *Vivimos tiempos de Noé* <http://leonardoboff.wordpress.com/2014/04/27/vivimos-tiempos-de-noe>

ESCOBAR, Arturo (2012). *La invención del desarrollo*. Editorial Universidad el Cauca, Popayán, Colombia.

HINKELAMMERT, Franz; MORA, Henry (2008). *Hacia una economía para la vida*. Editorial Tecnológica, Costa Rica.

Red Nuevo Paradigma (2004). *La innovación de la innovación institucional*. Quito, Ecuador.

ZIBECHI, Raúl (2008). *América Latina: Periferias urbanas, territorios en resistencia*. Edições desde abajo, Bogotá, Colômbia.

A encíclica Laudato Si e as propostas de Francisco

Rubén Gilardi

Durante o século XX, estabeleceu-se a ideia de que os países em desenvolvimento deviam copiar as fórmulas dos países mais industrializados para alcançar uma evolução progressiva para melhorar o nível de vida. A visão de desenvolvimento era essencialmente econômica. Para muitos economistas, o crescimento e o desenvolvimento eram sinônimos.

Depois, vozes críticas passaram a apontar que o subdesenvolvimento não era uma fase prévia ao desenvolvimento, mas sim consequência do colonialismo e do imperialismo, e surgem também críticas centradas no meio ambiente, a partir do Clube de Roma e da Cúpula de Estocolmo. Os diferentes relatórios coincidem em que o aumento da industrialização, da contaminação e do consumo de recursos tinha limites, e que ultrapassá-los nos levaria a um colapso planetário. Um momento importante nesses tempos, que aparecia como ponto de inflexão, foi a Conferência do Rio de 1992, na qual foram alcançados acordos sobre o necessário equilíbrio entre o ambiente e o desenvolvimento. Mas apesar das várias cúpulas sobre o ambiente e a mudança climática, nada fez mudar o rumo ou atenuou o andamento do modelo de desenvolvimento globalizado.

Rubén Gilardi, Referente Nacional da Aliança de Organizações da Sociedade Civil para a Eficácia do Desenvolvimento (AOED) na Argentina. Instituto Internacional de Estudo e Capacitação Social do Sul (INCASUR).

Hoje, muito poucos negam o estado crítico do planeta, próximo a uma catástrofe ambiental, e a responsabilidade do homem, em geral, e dos países desenvolvidos, em particular, como causadores desta situação crítica. Alguns chefes de Estado fizeram fortes críticas, e a Bolívia organizou um encontro internacional sobre a mudança climática e a responsabilidade pelo modelo de desenvolvimento. Ninguém imaginava, contudo, que as críticas mais duras ao sistema viriam do Vaticano e de uma encíclica papal como a produzida pelo Papa Francisco, denominada *Laudato Si*.

1. Laudato Si: características

A encíclica tem importância planetária do ponto de vista religioso, ético, social e político. Em muitos meios, ela foi rotulada como uma encíclica verde, que trata da mudança climática. Mas isso é minimizá-la, reduzi-la. A encíclica é sobre a nossa casa comum, como a habitamos, e um chamamento urgente para modificar um sistema de “super desenvolvimento desperdiçador e consumista”.

Apresenta uma análise da situação ambiental no mundo, faz críticas severas ao modelo capitalista consumista, responsabiliza os poderes econômicos e os países desenvolvidos por grande parte dos desastres ecológicos, ao mesmo tempo em que vincula o tema central do cuidado do meio ambiente e da natureza com a defesa da vida e da dignidade das pes-

soas, a pobreza e a exclusão no mundo. Convoa a ver a realidade de outra forma.

2. A favor e contra

Foi recebida com elogios por defensores do meio ambiente, cientistas, dirigentes sociais, líderes religiosos e chefes de Estado, mas com frieza e rejeição pelos setores mais conservadores da igreja e pelos segmentos políticos de direita.

Entre os cientistas sociais, filósofos, religiosos e militantes que apoiaram a encíclica, destacam-se alguns depoimentos:

Edgar Morin, filósofo e sociólogo francês: *“Esta mensagem é, talvez, o primeiro ato de um chamamento para uma nova civilização.”*

Humberto Maturana, biólogo chileno: *“... nós intuimos que terá enorme importância na expansão de consciência que a Humanidade requer para superar a pós-modernidade, vemos uma referência contínua à interconectividade entre todas as coisas, em uma crítica dura e direta ao olhar fragmentado que costumamos ter e, muito especialmente, ao poder que atribuímos ao dinheiro”.*

Leonardo Boff, teólogo, padre franciscano, filósofo, escritor, professor e ecologista brasileiro: *“A encíclica é a Carta Magna da ecologia; sua contribuição principal é o fato de que o papa assume um paradigma ecológico novo, de acordo com o qual todos os seres são interdependentes e estão em relação”.*

1. Conjuntura ambiental e geopolítica

A publicação da encíclica ocorre em um momento de encruzilhada ambiental, de caráter estrutural, em consequência de um sistema de produção e consumo, que é o principal responsável pela mudança climática que nos corresponde viver. Um dos grandes desafios da atualidade, com profundas implicações sociais e econômicas.

Por outro lado, estamos em uma mudança de época, na qual as relações internacionais de força se modificaram pela emergência de blocos de poder alternativos, transitando a um mundo multipolar com avanços e dificuldades. E essas mudanças enfrentam resistência por parte do sistema unipolar centrado no unilateralismo dos EUA como potência militar imperialista mundial.

A comparação com João XXIII surge naturalmente, porque a publicação de sua encíclica *Pacem in terris* (1963) se deu em um mundo que parecia estar à beira de uma guerra nuclear. Hoje, a destruição sem precedentes dos ecossistemas e a mudança climática fazem também com que a cada dia ganhem mais valor as previsões catastróficas.

2. O papel do Vaticano

O Papa, cabeça da maior comunidade religiosa unificada do mundo, é atualmente um ator influente no processo de globalização.

Em contraste com João Paulo II, um Papa de um mundo bipolar, claramente identificado com um dos polos, Francisco aparece mais vinculado ao multilateralismo, apostando na construção de um mundo com variedade de participantes e maior equilíbrio.

As duras críticas do Papa Francisco à globalização e à desigualdade o posicionam como um líder que não receia misturar a teologia e a política. Também recuperou o histórico



prestígio do Vaticano, mostrando o poder diplomático que, graças à sua valorização internacional, tornou possível destravar conflitos, aproximar posições.

3. A encíclica e o modelo vigente

O fato de a crítica ao sistema econômico que impera estar no centro de *Laudato si* deixa claro que o peso específico do texto é mais político do que teológico ou ambiental. A encíclica questiona a lógica produtivista do modelo atual de desenvolvimento, baseado na agricultura industrial, no extrativismo, na mercantilização da natureza, na aliança entre a economia e a tecnologia e no mito do crescimento infinito.

Para o Papa Francisco, os desastres ecológicos e a mudança climática não são simplesmente efeitos dos comportamentos individuais — embora eles tenham o seu papel —, mas sim dos modelos atuais de produção e de consumo. Os dramáticos problemas ecológicos de nossa época, de acordo com o documento, são resultado das engrenagens da atual economia, que constituem um sistema global de relações comerciais e de propriedade estruturalmente perverso.

Esta perversidade ética e social, diz Francisco, não é própria de um ou de outro país. Faz parte de um sistema mundial, no qual prima a obsessão pelo crescimento ilimitado, pelo consumismo, a tecnocracia, o domínio absoluto das finanças, a divinização do mercado, a especulação e a busca pela renda financeira que tende a ignorar todo contexto e as consequências sobre a dignidade humana e o meio ambiente.

4. A proposta de Francisco

Francisco propõe, primeiramente, um novo modelo de desenvolvimento, baseado na sobriedade e na solidariedade. Desacelerar o ritmo de produção e de consumo atual, o que pode dar lugar a outro modo de progresso e de desenvolvimento.

Considera impossível seguir na via do crescimento das economias industriais, argumentando que a destrutividade do modelo capitalista de desenvolvimento e de consumo torna necessária uma mudança radical das técnicas e das finalidades da produção. Portanto, do modo de vida.

Ele afirma explicitamente que a solução para os nossos problemas globais requer uma nova forma de pensar, uma mudança dos valores antropocêntricos (centrados no homem) para os valores ecocêntricos (centrados na Terra). É uma visão do mundo que reconhece o valor inerente da vida não humana, na qual todo mundo e todas as coisas estão interconectadas. Este princípio da interconexão é a base da cosmovisão dos povos originários, e a proposta é prestar atenção à sua sabedoria.

Sobre a economia, Francisco diz que é essencial incorporar a economia ecológica à nossa história humana. Pensa em uma economia que, com a sua visão sistêmica e transdisciplinar, avalia os custos e os benefícios levando em conta os interesses do conjunto social, e transcende a perspectiva do paradigma econômico atual.

Propõe que os pobres e marginalizados sejam o centro de nossa preocupação. E finalmente afirma que o desafio moral é entre gerações. Como poderia a nossa geração condenar nossos filhos e netos a viver em um mundo cada vez mais inviável?

É possível estar ou não de acordo com Francisco. Mas frente à falta de apresentação de alternativas ao modelo de desenvolvimento e da ausência de críticas às diferentes propostas surgidas na última década com governos populares na América Latina, e que hoje sofrem um retrocesso, a encíclica traz a possibilidade de abrir esse debate pendente sobre outro mundo diferente, possível. ☞

Cooperação Sul-Sul e integração regional

Karina Cáceres Ortega

Neste conciso artigo pretendemos apresentar alguns aspectos das relações de Cooperação Sul-Sul (CSS) nos últimos anos, particularmente as experiências de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral entre dois países localizados geograficamente dentro da região da América do Sul: a Argentina e o Paraguai.

A Cooperação Sul-Sul foi retomada como uma modalidade de cooperação internacional. Seus antecedentes datam da Conferência de Bandung, de 1955, com vários anos de prática entre países do sul global. Hoje, volta a ser fomentada como alternativa para uma troca mais solidária, equitativa e horizontal, especialmente na América Latina e no Caribe, embora ainda escassa em termos quantitativos de cooperação.

Entre os países da América Latina, a cooperação também não é nova. Na verdade, a Cooperação Sul-Sul ganhou um novo sentido e denominação. Acima de tudo, adquiriu grande importância na agenda política exterior de nossos governos. Em escala global nos países do Sul, a CSS obteve destaque em foros e em debates internacionais, vista como uma forma

Karina Cáceres Ortega estudou Relações Internacionais na Universidade Católica da Argentina. Atualmente trabalha na Fundação SES, na área de Integração Regional e Financiamento para o Desenvolvimento. É assistente técnica do programa regional da Aliança de Organizações da Sociedade Civil para a Eficácia do Desenvolvimento para a América Latina e o Caribe (AOED-ALC).

inovadora de apoio e intercâmbio mútuo entre diferentes atores, como as organizações internacionais, os governos — por meio de seus funcionários públicos e técnicos —, a sociedade civil e os cidadãos.

Em termos de Cooperação Sul-Sul inter-regional, isto é, entre continentes, a Argentina aumentou a quantidade de projetos com a África e a Ásia entre 2008 e 2014. De acordo com dados do Fundo Argentino de Cooperação Sul-Sul e do Triangular (FO-AR), foram executados mais de 29 projetos de CSS em países africanos e 31 projetos na Ásia, em 2014. Neste caso, porém, interessa desenvolver a CSS no âmbito intra-regional, ou no interior da região da América Latina. No mesmo período, foram executados 91 projetos na América Latina e 35 no Caribe Anglófono — o que nos faz pensar que se priorizou a relação referente ao “interior” da região.

Argentina e o Paraguai: boas práticas

Da perspectiva do governo da Argentina dos últimos anos, a cooperação internacional não deveria se basear em um enfoque puramente “assistencialista”; na verdade, o valor da cooperação entre países deveria ser o desenvolvimento de capacidades e de oportunidades recíprocas. Isto implica não sujeitar o país que solicita a cooperação a nenhum condicionamento por parte do país “doador”. Além disso, por meio da cooperação horizontal e solidária,

ambos os países podem acrescentar aquelas competências técnicas em que tenham mais experiências acumuladas e boas práticas.

Com a grande crise econômica, política e social enfrentada em 2001 na Argentina, a Cooperação Sul-Sul foi uma alternativa na busca de soluções possíveis para os desafios comuns ao desenvolvimento conjunto na região. Neste marco, as relações do intercâmbio Sul-Sul foram um guarda-chuva para o crescimento com inclusão, que, por sua vez, ajudava ao fortalecimento da autonomia do Estado, propiciando a integração regional na América Latina.

Durante o período dos governos de Néstor Kirchner e de Cristina Fernández de Kirchner, entre os anos 2003 e 2015, ambos mostraram claramente a vontade política de priorizar as relações com a América Latina e o Caribe. Principalmente, a intenção de fortalecer as relações com seus parceiros limítrofes, entre eles o Paraguai e a Bolívia, no marco da CSS.

Em relação ao papel que cumprem cada um dos países, a Argentina foi caracterizada como sendo o parceiro “oferente” de projetos e ações de Cooperação Sul-Sul; não obstante, podemos observar que o papel que o Paraguai assume se caracterizou como “receptor” de cooperação nos projetos de CSS e da cooperação internacional mais ampla.

Os projetos adotam diferentes modalidades de intercâmbio. Por exemplo, o Paraguai recebe da Argentina especialistas de organizações de referência, que cooperam com os técnicos locais. Por sua vez, a Argentina recebe técnicos locais paraguaios transfere diretamente para eles experiências concretas, processos, práticas e metodologias. Também são promovidas mesas de diálogos, seminários e oficinas para o planejamento, o desenvolvimento, o monitoramento e a avaliação dos projetos.

Dados do Relatório da Secretaria-Geral Ibero-Americana de 2009 indicam que, de um total de 519 ações da CSS oferecidas pela Argentina em 2008, 58% (302) foram executadas no

Paraguai como sócio receptor. Na edição de 2012 do mesmo relatório, o Brasil e a Argentina aparecem como os principais países oferentes de projetos de CSS no ano de 2011. Novamente, 51,8% do total de projetos oferecidos pela Argentina foram executados no Paraguai, índice que poderia explicar um nível de relação bastante intenso entre os dois países.

É necessário destacar também que esta relação teve uma quebra após a ruptura de relações diplomáticas entre a Argentina e o Paraguai, em junho de 2012, depois do golpe de Estado parlamentar contra o ex-presidente Fernando Lugo, que levou à sua destituição após um julgamento político “expresso” e à suspensão do país dentro do bloco do Mercosul. O total projetos de CSS que vinham sendo realizados foi reduzido de 36, em 2011, para 14, em 2012, e para dez projetos em 2014.

Considerando a quantidade de projetos de CSS executados no Paraguai pela Argentina como parceiro oferente de CSS, entre os anos de 2008 e 2012, tomamos como exemplo de boas práticas de Cooperação Sul-Sul duas experiências que pertencem à área temática de Direitos Humanos e Desenvolvimentos Sustentáveis.

Na Argentina, os Direitos Humanos foram política de Estado desde 1983, com a chegada da democracia ao país. Além disso, os argentinos foram pioneiros em investigar, acusar e julgar os repressores da última ditadura. No final de maio deste ano, serão julgados os acusados de crimes de lesa-humanidade cometidos durante o “Plano Condor”, uma operação de coordenação entre as ditaduras do Cone Sul latino-americano, nos anos 70, para para detenção e repressão.

“Compromisso pela Memória, pela Verdade e pela Justiça” é um projeto de assistência técnica multidisciplinar para a organização e a investigação dos detidos-desaparecidos, torturados e/ou executados de forma extrajudicial durante a ditadura de Stroessner no Paraguai, entre os anos de 1954 e 1989. O projeto contou com a experiência da Equipe

Argentina de Antropologia Forense (EAAF) e da Secretaria de Direitos Humanos da Argentina, tanto para a Justiça do país vizinho como para a Comissão da Verdade, Justiça e Reparação, da Defensoria do Povo do Paraguai. Entre os objetivos estabelecidos pela cooperação FO-AR com o Paraguai, vale destacar a investigação com técnicas da antropologia forense, a sistematização da informação obtida e elaboração das correspondentes bases de dados, e a revisão dos aspectos jurídicos do trabalho da Comissão da Verdade e da Justiça (CVyJ), que o presidente Lugo redirecionou para Verdade, Justiça e Reparação (CVJR). Considerando que a ditadura no Paraguai foi uma das mais longas da região, acreditamos que a contribuição da Argentina nesta temática é de suma importância para a reconstrução da memória histórica.

Por outro lado, temos na área de Desenvolvimento Sustentável o “Programa de Cooperação Técnica Transfronteiras em Piscicultura ‘CAR-PA’”. O objetivo da iniciativa foi contribuir para a integração sub-regional e subnacional entre a Argentina e o Paraguai por meio do desenvolvimento econômico e social dos municípios fronteiriços de Cambyreta, do Departamento de Itapúa, e Campo Vieira, da Província de Misiones. Este projeto de assistência técnica sobre piscicultura surgiu como alternativa de autoconsumo para os pequenos produtores. Graças a seu grande sucesso, resultou depois na construção de vários tanques, propiciando o associativismo dos produtores e a comercialização do excedente.

Este projeto teve um grande impacto no âmbito local e sub-regional; foram criadas e fortalecidas redes institucionais entre produtores, governo e sociedade civil, não só no município onde se havia desenvolvido o projeto inicial. Em função dos benefícios e dos resultados positivos obtidos nas comunidades por meio da formação de coordenadores e de técnicos locais, foi solicitada a assistência técnica conjunta de especialistas argentinos e paraguaios para replicar a experiência em outros 13 municípios.¹

¹ Este projeto foi destacado também pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Ali-

Conclusões

As experiências de Cooperação Sul-Sul possibilitaram que países do Sul tivessem um “papel duplo”, não só de “receptores” mas também de “oferentes” de cooperação com outros países do Sul, além do âmbito econômico (país com renda média alta ou baixa).

Embora este artigo se concentre na Cooperação Sul-Sul bilateral e recíproca entre dois países do Sul, é importante mencionar que existe também outro tipo de Cooperação Sul-Sul, a triangular, que possibilitou o financiamento e a articulação entre três atores.

O compromisso da política exterior de Cooperação da Argentina, nos últimos anos, baseou-se em pilares construídos em valores de horizontalidade e solidariedade com os Estados irmãos e vizinhos como prioridade, abandonando o “enfoque baseado no assistencialismo”. Na verdade, propicia a busca de interesses comuns e de benefício de mútuo acordo, para a construção conjunta de soluções para os desafios ao desenvolvimento de nossos países e para as necessidades daqueles países que solicitam a assistência técnica argentina.

A assistência técnica oferecida pela Argentina ao Paraguai, além de favorecer o intercâmbio mútuo de conhecimentos, experiências, aprendizagens e metodologias participativas, gerou um potencial de saberes e recursos humanos, com um capital social de importância a nível local, com competências internacionais. Além disso, permitiu o envolvimento de diversos atores a nível nacional e sub-regional – entre cidadãos, integrantes da sociedade civil e do governo –, proporcionando espaços e entornos favoráveis à construção comunitária e cooperativa.

Podemos observar, ainda, que esta modalidade de cooperação e de assistência técnica Sul-

mentação (FAO) e pela SEGIB como “boas práticas”. A Cooperação Internacional Não Reembolsável no Paraguai em Dezembro de 2011, março de 2012 Disponível em: <http://www.economia.gov.py/v2/index.php?tag=documentos>

Sul origina relações de mútua confiança entre os países e as localidades onde a colaboração acontece, propiciando a integração regional e transfronteiras dos países cooperantes.

A Cooperação Sul-Sul como modalidade de Cooperação no Paraguai promoveu o estabelecimento de novas relações de cooperação. Com os anos, e particularmente durante o governo de Fernando Lugo, o Paraguai deixou de ser um país exclusivamente “receptor” de cooperação internacional e passou a explorar novos papéis como sócio oferente de assistência técnica Sul-Sul. A experiência da Cooperação Sul-Sul foi impulsionada em áreas ou temáticas nas quais há experiência acumulada e pontos fortes para compartilhar com outros países – o caso da geração e da produção de energia hidroelétrica.²

Em 2009, o Paraguai aderiu aos princípios da Declaração de Paris (apropriação, harmonização, alinhamento, gestão por resultados e responsabilidade mútua). E este compromisso político se manifesta por meio de esforços que foram iniciados no país após os 35 anos de di-

tadura e isolamento internacional em relação aos países da América Latina e do Caribe. No caso paraguaio, a Cooperação Sul-Sul contribuiu com a possibilidade de sair ao cenário internacional com um novo papel para compartilhar as suas experiências com países irmãos.

Sem dúvida, a Cooperação Sul-Sul favoreceu tanto o Paraguai quanto a Argentina – em seus diferentes papéis –, promovendo maior capacidade institucional para gerenciar e coordenar, no âmbito da cooperação internacional, de forma mais horizontal, equitativa e solidária.

A Cooperação Sul-Sul favoreceu todos os países – não só aqueles de economias menores da região –, mediante a acumulação de experiências bem-sucedidas com capacidade de réplica dos projetos, por meio de transferência de capacidades mútuas. Isto implica não apenas valores monetários, mas contribui também para o fortalecimento institucional das democracias latino-americanas e para o desenvolvimento territorial e produtivo, com valor agregado de nossos povos. ◀

² Para mais informação sobre este projeto, ver o caso de Cooperação Sul-Sul entre o Paraguai e o Equador em matéria energética.



A Alianza de OSC para a Eficácia do Desenvolvimento (AOED) é uma plataforma mundial aberta que reúne a OSC sobre Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Dela participam diferentes setores, como o sindical, o feminista, o rural/camponês, a juventude, os povos indígenas, as organizações internacionais e as baseadas na fé de todas as regiões do mundo: África, Ásia Pacífico, Europa, América Latina e Caribe (AOED ALC), Norte da África e Oriente Médio.

Contato regional: Fundación SES - San Martín 575 6° A (C1004ABO), Buenos Aires, Argentina.
Tel./ Fax: +54911 53688370/8371/8372 secretaria.aoed@gmail.com
<https://www.facebook.com/AOED.ALC>

América Central: o final de uma etapa

Helmer Velásquez

Se partirmos do fato conhecido, que origem, administradores, montantes, canais e destinatários da cooperação internacional determinam não só os condicionantes técnico-administrativos, mas principalmente a sua orientação política e as suas finalidades, podemos afirmar, sem equívocos, que a América Central transitou pelas mais diversas fontes e modalidades. Consequentemente, esteve no centro de múltiplas finalidades: fontes de cooperação abertamente comprometidas com processos libertadores dos povos; atenção humanitária; finalização dos conflitos – e sua sequência de traumas e problemas posteriores –; rotas de cooperação dirigidas a contribuir no trânsito da emergência para o desenvolvimento; contribuição para a democratização política em sua fase eleitoral, em um istmo cheio de histórias sobre fraudes eleitorais.

Não é possível deixar de reconhecer, além disso, que a América Central também recebeu fluxos de cooperação em dinheiro e espécie para defender as ditaduras: importante arsenal e “assistência técnica” na luta contra a insurgência – guerra suja incluída –, que chegou do Sul do continente e de lugares tão distantes quanto Israel e Taiwan. Este fluxo de “cooperação” era justificado por tornar a América Central uma região livre de comunismo, em paz e com democracia.

Helmer Velásquez, Guatemala, Coordenação de ONG e Cooperativas (Congcoop). Representante sub-regional da AOED para a América Central e o México.

Já com a paz nascente – anos oitenta –, chegaram a velha Europa, com a sua experiência de integração e o seu modelo de democracia, e os americanos, com as suas estratégias de segurança, livre comércio, aumento de exportações, erradicação da pobreza, eleições livres e o fim da fome. A cooperação Sul-Sul continuou com a sua assistência tecnológica. Cuba, com médicos e atletas. Será necessário ainda acrescentar as Nações Unidas e a desinteressada e reembolsável cooperação do sistema bancário internacional. Foram tempos de “generosidade desmedida” com os centro-americanos. Estas afirmações são, em rigor, aplicáveis – com nuances – ao chamado CA-4: Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua. Costa-Rica, Panamá e Belize têm indicadores sociais, econômicos e de cooperação absolutamente diferente do CA-4.

Este esboço dos caminhos e complexidades da cooperação – em sentido amplo – em relação à América Central resume 50 anos da história, isto sem mais pretensão que desenhar uma espécie de linha de base e tempo que explique as mudanças sofridas ao longo daquele período por esses mesmos estamentos de cooperação. Décadas mais tarde, a maioria deles está saindo da região e outros remanescem. Mas alguns transformaram a sua missão, visão e particularmente a sua orientação política a partir das idas e vindas da recente história mundial e das vicissitudes da política e da economia em tempos de comércio globalizado, tráfico de drogas e medo das capacidades dos sapadores do Oriente Médio.

Cooperação como fato político

Sob esta concepção, as ONGs da região estiveram imersas nesses caminhos. A filantropia nunca esteve em nossa agenda. Pelo contrário, nosso ideário implicou e implica alavancar os setores populares na militância, na estrutura e na busca do poder político em nossas sociedades. Obviamente, aquele devir, no centro das ideias e da mobilização social e popular, marcou a história de pelo menos três gerações de militantes de ONGs. No Norte, no Sul e, no caso, na América Central.

Naqueles retalhos de história, sempre esteve contido um valor político e humano, cada vez mais distante nas relações da cooperação de hoje: a solidariedade. É que nas vicissitudes dos povos da região se imbricaram organismos de cooperação solidária — ONGs Internacionais na linguagem técnica —, cujas origens e postulados correspondiam a Igrejas de todos os cultos, sindicatos, entidades laicas humanitárias, universidades, movimentos sociais e partidos políticos de esquerda. Aqui, a cooperação ganhava aspectos diferentes, porque implicava cumplicidade com o objetivo. Naquela história todos fomos — somos — construtores de mudanças.

Aquela parceria — entre organismos do Norte e do Sul — sempre esteve orientada por grandes debates sobre a agenda e a estratégia, acompanhados de uma luta quase fratricida por conseguir horizontalidade na relação. Esta categoria era vivida quando a parceria política predominava sobre o projeto ou os dinheiros de cooperação. Aquela era uma relação não distanciada de contradições e tensões, possíveis de superar em razão dos fins últimos daquele processo.

O agora

Final de uma etapa: os princípios da mudança e o anúncio da saída se manifestam no final do milênio. Para as ONGs, são iniciados os tortuosos processos de transferência de capacidades — embutidos —, com programas de fortalecimento institucional dirigidos ao Sul, a cargo de tecnocratas “especialistas”. A ideia

era deixar capacidade instalada e ferramentas para a “diversificação” de fontes financeiras. Em um primeiro momento, acompanhado dos velhos parceiros e mais tarde concorrendo — em competição — com os velhos aliados.

Os caminhos começam a se distanciar. Os velhos personagens da cooperação saíram do ofício e outros foram incorporados aos mecanismos oficiais. Acontece tanto no Norte quanto no Sul. Estamos no início do século e, neste íterim, o mundo é sacudido por uma sucessão de crises: financeira, militar, alimentar e política, entre outras. Em meio a isso, instala-se um grave questionamento social e político sobre a efetividade da cooperação e da burocracia que nela é mantida. Esta série de crises e o “fim da história” marcam os tempos, e nossos velhos sócios na cooperação — falo das instituições, não das pessoas — assumem uma política mais moderada diante da expansão do capital.

Não se pode negar, afirma-se — nas ONGs no passado contrárias à expansão depredadora do capital — que a empresa é geradora de desenvolvimento, e demonstrou ser “fonte” de financiamento, além de comprovadas “eficiência e eficácia” como agente do desenvolvimento. Isto implica reconhecer — continua o discurso — um “novo papel” para o setor privado no desenvolvimento. Neste ponto, expressam o seu acordo generalizado as instituições financeiras internacionais e as agências das Nações Unidas. Uma concepção que fica chancelada na declaração de Busan sobre a efetividade do desenvolvimento.

Sob aquela “legitimidade”, todos os estamentos de cooperação são demandados a revisar “velhos paradigmas” e a se fazer acompanhar da Responsabilidade Social da Empresa nas novas ações do desenvolvimento. É proposto às ONGs da América Central serem parte do novo círculo virtuoso do desenvolvimento: agências de cooperação, ONGs e iniciativa privada.

Assim, enquanto povos, comunidades, movimentos sociais — os nossos irmãos de sempre — resistem em seus territórios para evitar o

saque dos bens naturais, os estamentos oficiais, multilaterais e não governamentais de cooperação nos pedem que sejamos “criativos” e coadjuvemos com o desenvolvimento; fazer que as comunidades “entendam” que a empresa que utiliza a sua água – por exemplo – é um fator de desenvolvimento e que, portanto, devemos colaborar com o seu empenho. Essa é a nova cara da cooperação com a América Central. Obviamente existem e existirão honrosas e históricas exceções.

Dentro dos novos papéis que são sugeridos às ONGs na América Central, privilegia-se que nos transformemos em certificadores de boas práticas empresariais. Isto é, aplicar à empresa extrativa uma série de padrões “voluntários” sobre o bom uso dos bens naturais, as boas práticas trabalhistas e a relação filantrópica das empresas com as comunidades que as recebem. Entre outras coisas, implica renunciar ao Direito de Dizer Não ao investimento em nossos territórios e que esqueçamos – ajudando que a comunidade também o esqueça – do legítimo Direito à consulta prévia, livre e informada sobre o estabelecimento ou não de investimentos em seu território.

Mudança inesperada

Os países nórdicos, de maneira acordada ou não, fizeram as suas malas e abandonaram a região. A Suécia é a exceção e, no momento, não dá sinais de preparar uma saída. Dos argumentos da saída destacamos este: “vamos à África; a América Central está composta por países de renda média e tem os recursos suficientes (fazem os seus cálculos por meio do PIB) para financiar seu desenvolvimento, é hora de as oligarquias locais financiarem o desenvolvimento dos povos de onde tiram a riqueza”. Um argumento do qual não se pode discordar, mas já em ambientes mais íntimos se acrescenta: a África é mais pobre e é o continente onde uma maioria europeia tem estabelecidos os seus negócios, indústria extrativa incluída.

Resta-nos o mundo da multilateralidade, onde a prioridade está colocada em alavancar os acordos comerciais: Tratado de Livre Comércio América Central e EUA, e Acordo de Associação América Central/EUA. Assim, por exemplo, uma parte importante da cooperação europeia na região discorre em “ajudar-nos” a ser melhores exportadores, aumentar padrões de qualidade e inocuidade, tudo isso com a promessa de uma ampla abertura de mercados. Deste modo, a prioridade é para financiar e dar assistência técnica à União Aduaneira Centro-Americana. Isto em termos práticos resulta em ir adaptando a América Central às regras do comércio mundial.

A Alba – a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – agora não está em seu melhor momento, e não aparece em curto prazo com uma agenda renovada de cooperação para a região. A cooperação Sul-Sul mantém os seus mecanismos e modalidades, mas não implica, em termos gerais, uma estratégia em ascensão ou um mecanismo que supra as ausências.

Assim, de volta ao quintal. Os Estados Unidos renovam presença na região e suas margens de cooperação são as que estão em alta: é o país com mais “ajuda” bilateral para a região. Uma amostra disso é a nova plataforma de cooperação denominada “Plano para a Prosperidade”, delimitada, na verdade, ao CA-3 ou Triângulo Norte: Honduras, Guatemala, El Salvador. A razão é simples: criar um cinturão militar de segurança diante do tráfico de drogas e da “ameaça terrorista”, diminuir fluxos migratórios e alavancar o setor privado destes três países. Para este fim, o Congresso dos Estados Unidos aprovou uma contribuição de US\$ 750 milhões para os três países em 2016, ainda não desembolsados. Está prevista uma cifra semelhante para 2017. Ou seja, em termos de cooperação, a América Central volta ao seio de “nosso parceiro histórico”. Este final deixa explícito de forma clara quais são as realidades da Cooperação Internacional com a América Central nos dias de hoje. ⚡

Movimentos indígenas: risco de recolonização?

Norma Maldonado

Na Guatemala, diferentes eventos históricos trouxeram levas de cooperação internacional. A Aliança para o Progresso veio nos anos 60 com a Guerra Fria; a ajuda humanitária da Usaid, após o terremoto de 1976 que arrasou cidades e localidades do altiplano central; a ajuda solidária das sociedades europeias nos anos 80, durante o conflito armado interno; a ajuda de reabilitação, depois da Assinatura dos Acordos de Paz, em 1996, por parte da União Europeia, dos seus membros e de alguns outros; e, mais recentemente, cooperações bilaterais de luta contra a pobreza e o fortalecimento das instituições. Com o viés neoliberal que os governos foram adotando, introduziu-se outro tipo de cooperação internacional: a das empresas transnacionais que, interessadas em se expandir e obter lucros, compram vontades e apaziguam adversários com projetos de desenvolvimento comunitário.

Cada uma destas ajudas vinha com intenções políticas diferentes, e marcou o movimento indígena no país. A emergência dos movimentos indígenas se apresenta profundamente associada aos processos globalizadores do final da década de 1970 e representam, além disso, uma alternativa para a globalização que tenta impor uma mesma lógica e homogeneizar social e culturalmente as sociedades. No caso da Guatemala, a sua articulação começa

associada aos processos modernizadores na metade do século XX, o que Santiago Bastos chamou de “um lento percurso da maianização”¹. Atualmente, o movimento indígena foi ampliado enormemente e alberga uma grande diversidade: prefeituras, organizações de mulheres, conselho de povoados, organizações camponesas que se autodenominam indígenas, organizações indígenas que incorporam os não Maias etc.

.....
“Com as contribuições da Cooperação Internacional aprendemos a recuperar saberes ancestrais, a tomar nossas próprias decisões, a revalorizar nosso trabalho; nos deu um pretexto para sair das casas e para recuperar o trabalho coletivo e comunitário, começamos a recuperar saberes e estamos tomando nossas próprias decisões; a cooperação nos ajudou a reconhecer o nosso direito à educação e à formação, nos convertemos em defensoras de nossos direitos”. Mulher maia mam, de um município de Quetzaltenango, parceira de uma organização de produtoras de hortaliças.
.....

Segundo entrevistas realizadas com mulheres indígenas, a Cooperação Internacional lhes deu a oportunidade de deixar o âmbito privado e vir a público, de trabalhar do individual ao coletivo, de revalorizar o trabalho invisível

Norma Maldonado é guatemalteca, historiadora, permacultora, fundadora de diferentes organizações sociais.

1 Bastos, Santiago y Manuela Camus. El Movimiento Maya en perspectiva: Texto para reflexión y debate. Flacso 2003. <http://lanic.utexas.edu/project/laoap/cif/cif000001.pdf>

das mulheres; passou-se de não ter renda a ter algo próprio, uma horta, um galinheiro. E isso as vai empoderando, pois os treinamentos são acompanhados de capacitação sobre os seus direitos. Ao mesmo tempo, com a renda dessas pequenas produções, elas podem pagar a educação de suas crianças e alguns serviços básicos, e tomar decisões.

Sair para o âmbito público deu às mulheres a oportunidade de ver como funciona o mundo, a economia, a política. De acordo com as acompanhantes da cooperação, elas perceberam o que necessitavam e do muito que tinham perdido dos fundamentos de sua cultura, porque as avós conheciam a matemática do tecido, o significado das figuras que faziam. Ao começar a trabalhar outra vez em grupo, foram conseguindo recuperar esse significado. Com a guerra tudo isso tinha se perdido. Ao fazer em grupo, em vez de mecanicamente a sós, conferem um significado político à atividade, porque recuperam o conhecimento e o vão passando para as novas gerações. Vão descobrindo que o mesmo acontece com a produção de alimentos, pois trabalhar a terra isoladamente não é o mesmo que trabalhá-la em comunidade.

.....
“Nos metemos em temas de homens, na saúde comunitária, na terra, na economia, na política”. Mulher maia mam, ex-refugiada no México, de uma organização de mulheres indígenas que luta pela terra.
.....

No âmbito internacional, a cooperação apoiou os povos indígenas na difusão de suas demandas pelo reconhecimento de seus direitos coletivos, colocou na agenda internacional o tema da defesa do território, apoiou processos de resgate da cultura e do patrimônio.

.....
“A cooperação capacitou/facilitou esses processos em alguns casos, mas precisamente a defesa do território é um tema muito controverso, no qual há muitos interesses, também de transnacionais; portanto, o apoio da cooperação é na verdade tímido/insuficiente nesta área”. Ativista social guatemalteca.
.....

A onguização dos movimentos indígenas

Muitas das demandas dos movimentos sociais, incluindo organizações indígenas, transformaram-se em projetos para a cooperação. Muitas organizações identificaram a oportunidade de obter fundos e criaram sistemas institucionais endossados no discurso dos Povos Indígenas para conseguir financiamento para as suas estruturas.

Na Guatemala, o sistema de Conselhos de Desenvolvimento, que era originalmente para promover a participação das comunidades, resultou na burocratização dos Conselhos Comunitários e nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento, que se viram obrigados a ter personalidade jurídica para obter a autorização de gerir fundos do Estado. Alguns dos movimentos sociais seguiram o mesmo caminho e foram surgindo caudilhos corruptos. Da aspiração original de democracia e participação, os movimentos foram se transformando em espaços reduzidos de tomada de decisões, nos quais os homens adultos dominam e excluem mulheres e jovens, e os técnicos têm a última palavra.

.....
“Muitas das linhas de cooperação não são as dos povos indígenas, mas são os interesses dos países que desembolsam esses fundos; então é parte do problema que não responde às necessidades reais da gente”. Ativista social guatemalteca.
.....

Uma das frequentes falhas da cooperação é não compreender as lideranças e o funcionamento das organizações. Poucas vezes entendem como as coisas são discutidas e se exercita a verdadeira e própria democracia, à sua maneira. Como é o processo de chegar a consensos, em vez de votações. Em princípio, os cooperantes falam com o técnico, com o dirigente, e estes são os que jogam o jogo da cooperação e terminam se convertendo em caciques. Um dos desafios é abrir os espaços, mas é difícil que a cooperação interfira nesses

assuntos. São as pessoas que têm que tomar o poder e se desassociar dos atores que, voluntária ou involuntariamente, terminam perpetuando o modelo excludente, longe de serem instrumentos de transformações profundas no modelo colonial e patriarcal enraizado.

Tensão entre demandas e resultados

O desafio é encontrar um equilíbrio entre as demandas das pessoas, os direitos coletivos dos povos (a terra, o território, sua cultura) e os resultados que a Cooperação Internacional exige. Embora a cooperação venha em grande parte da sociedade civil, há também fundos dos Estados, que têm suas próprias agendas e soluções, de acordo com a sua ideologia para os países do Sul. Esses fundos, portanto, exigem resultados. Por exemplo: um tema para eles é a inserção das comunidades no mercado, mas um mercado de acordo com a sua ideologia, não mercados locais e de camponeses, que são as alternativas construídas a partir das organizações. Então existe tensão entre demandas de direitos e resultados de projetos específicos.

.....
“As esquerdas plurais, além de criticar e resistir ao ataque depredador do capitalismo atual, têm a tarefa de elaborar novas propostas e visões, de interpellar aquele imaginário coletivo que ainda anseia pela simples inclusão no modo de vida de consumo descomedido, de romper a sua hegemonia. A tarefa de apresentar novos debates, acerca do que poderiam significar, desde outra perspectiva, conceitos tão vitais como a felicidade ou a qualidade de vida, e de transformar outro mundo em algo imaginável”. Lang, Miriam, Mokrani, Dunia. “Além do Desenvolvimento: Grupo permanente de trabalho sobre Alternativas ao Desenvolvimento.” Cidade do México, Setembro 2012.
.....

Agora surge também a cooperação das empresas, muitas delas violadoras de Direitos Humanos. Ao mesmo tempo em que desalojam violentamente comunidades de seus territórios, têm pequenos projetos para transformar suas relações com a comunidade e grandes campanhas publicitárias para melhorar a sua imagem na sociedade.

.....
A América Latina tem aproximadamente 60% dos interesses mineiros do Canadá. A cooperação canadense que se destinou ao tema dos Direitos Humanos está planejada para gerar um ambiente mais favorável para a implantação de seus megaprojetos. O Canadá fundiu a sua agência de cooperação com a sua agência de comércio. O impacto da mineração canadense na América Latina e a responsabilidade do Canadá, apresentado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).
.....

Na prática, a mineração do Canadá está condicionando a sua agenda diplomática internacional. As empresas estão se transformando nas intermediárias ou administradoras dos mencionados fundos na forma de compensações, ou o que se passou a chamar de “responsabilidade social das empresas”.

Estas primeiras reflexões nos obrigam a fazer análises mais profundas sobre o que se pretende com a cooperação. Como dizia uma líder indígena: “Os países ricos mandam migalhas”. E eu acrescento que “as complementam com os projetos das transnacionais, que, por sua vez, extraem as riquezas dos territórios indígenas”. É uma relação perversa, que precisamos denunciar e resistir. ◀

A perspectiva do movimento sindical

Giulia Massobrio e Kjeld Jacobsen

Desde a década de 1970, vários países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE), em particular os europeus, começaram a destinar uma parte de seus recursos públicos à Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, gerenciada pelas centrais sindicais e agências de cooperação de organizações da sociedade civil dos países industrializados. Estes recursos foram importantes para apoiar o estabelecimento ou restabelecimento dos sindicatos reprimidos por governos ditatoriais da América Latina, África e Ásia, e para apoiar a sociedade civil nos países em desenvolvimento.

Por outro lado, esta política de cooperação apresentou diversos problemas, como insuficiência de recursos, limitação temática, condições inadequadas, análise de objetivos insuficiente, dificuldades de operacionalização, entre outros. Estes problemas, contudo, resolveram-se na medida do possível, por meio do diálogo democrático entre doadores e receptores. Enquanto isso, foram elaboradas diferentes propostas, como a adoção de um nível mínimo de 0,7% do PIB para financiar a cooperação internacional, o critério 20-20 para fixar contrapartidas, os novos métodos para desenvolver projetos e medir resultados, entre outros exemplos.

Giulia Massobrio e Kjeld Jacobsen, Rede Sindical de Cooperação ao Desenvolvimento, Confederação Sindical das Américas (CSA).

Desde a década de 1980, percebeu-se que a transferência total de recursos que os países “em desenvolvimento” pagavam aos países “desenvolvidos”, a título de dívida externa, tinha começado a superar em até três vezes a quantidade investida na cooperação internacional dos países industrializados. Por outro lado, na década de 1990 – período de conferências sociais da ONU –, ficou evidente que os objetivos e metas aprovadas pela ONU eram totalmente incompatíveis com as diretrizes econômicas draconianas emitidas por instituições econômicas internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

A privatização dos serviços

Neste novo século, o quadro piorou, pois a ofensiva do setor privado sobre os recursos destinados à cooperação internacional para o desenvolvimento visa à privatização dos serviços públicos. Neste sentido, no caso de empresas contratadas para construir uma instalação pública, por exemplo um serviço de abastecimento de água, além de a construção ser financiada com fundos de cooperação, o contratista também adquire o direito a explorar o serviço. Isto é, uma situação de *win-win* com um só jogador. Esta situação se agrava à medida que se fortalecem e se concentram as cadeias globais de fornecimento que avançam no setor dos serviços.

Com a desculpa de aproveitar os recursos do setor privado para a cooperação, na prática acaba-se favorecendo apenas este setor, pois a privatização dos serviços públicos é acessível somente a quem puder pagar por ele.

Outro problema, que criou numerosos obstáculos e impediu o enfrentamento da pobreza e de outros problemas sociais, é o critério da divisão das nações entre países “desenvolvidos”, “menos desenvolvidos” e de desenvolvimento ou renda “média”. Este critério mostra-se extremamente perverso, pois considera uma média de renda per capita superior à linha de pobreza, e ignora a pobreza e a desigualdade em nível regional. A sua adoção pela maioria dos países europeus obrigou seus sindicatos e agências de cooperação a aceitarem os critérios governamentais para a seleção dos beneficiários da cooperação, deixando de fora muitos países de “renda média” com grandes problemas internos de desigualdade.

Ao mesmo tempo, no mercado de trabalho aumentaram as violações de direitos trabalhistas fundamentais no mundo todo, especialmente em termos de liberdade de associação e negociação coletiva. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), inclusive, foi objeto de ataques do setor empresarial, para limitar a liberdade sindical e extinguir o poder normativo da instituição.

Diante destes fatos, surge a urgência de ampliar, democratizar e fortalecer a cooperação internacional para o desenvolvimento com a finalidade de responder às novas situações surgidas no mercado de trabalho das cadeias de abastecimento globais. Particularmente, a tentativa por parte das empresas multinacionais de se desvincular de qualquer controle estatal por meio dos “Arbitrados Investidor-Estado”.

Uma plataforma alternativa

Diante deste cenário, a Confederação Sindical das Américas (CSA) – maior expressão da força sindical do continente e representação

regional da Confederação Sindical Internacional (CSI)¹ – desde sua fundação defende um **modelo de desenvolvimento sustentável com o trabalho digno e a justiça social em seu centro**. Com esse objetivo, a CSA, junto a suas organizações filiadas, as entidades sindicais sub-regionais, organizações sindicais fraternas e movimentos sociais aliados, formulou em 2014 a Plataforma de Desenvolvimento das Américas (PLADA), documento estratégico no qual o movimento sindical da região apresenta sua **proposta alternativa de desenvolvimento sustentável para as Américas**.

Na PLADA, assim como em suas resoluções congressuais², a **CSA reconhece os trabalhadores/as e suas organizações como atores de desenvolvimento, por seu trabalho de promoção de direitos**. Portanto, considera-se que **o movimento sindical deve ser proativo na área da cooperação ao desenvolvimento**, pois nele se refletem diretamente as disputas relativas ao modelo de desenvolvimento.

Para realizar seu trabalho na área da cooperação ao desenvolvimento, desde 2008 a CSA e CSI constituíram a **Rede Sindical de Cooperação ao Desenvolvimento (RSCD)**³. Seu objetivo é, por um lado, trazer a perspectiva sindical para os debates políticos, a fim de incidir nas políticas de desenvolvimento nacionais e internacionais; por outro, melhorar a coordenação e a eficácia das atividades sindicais relacionadas à cooperação para o desenvolvimento.

Em seu trabalho de incidência na área da cooperação ao desenvolvimento, a CSA defende a **cooperação como política de Estado** e rebate a sua privatização, por estar orientada ao lucro privado, em lugar do interesse público.

Quanto a princípios, a CSA afirma que toda cooperação – seja Norte-Sul, Sul-Sul ou Trian-

1 CSA <http://www.csa-csi.org/HomelllCongreso.asp>
CSI <http://www.ituc-csi.org/?lang=es>

2 <http://www.csa-csi.org/Include/ElectosFileStreaming.asp?FileId=3839>

3 <http://www.csa-csi.org/Redes-GT-s-Red-de-Cooperacao-4624>

gular – deve promover o **enfoque de direitos humanos e respeitar determinados princípios**⁴, como a apropriação democrática, a coerência, a transparência, a responsabilidade e a sustentabilidade. Partindo desta premissa, considera que a cooperação Sul-Sul e Triangular têm o potencial de reformular as assimetrias históricas entre Norte e Sul, ampliando o marco global de governança da cooperação.

A CSA afirma, ainda, que a classificação dos países prioritários para a cooperação deve se basear num conjunto de indicadores além do PIB per capita, como a pobreza multidimensional, o enfoque de brechas estruturais ou a avaliação do índice de desenvolvimento humano.

4 http://www.ituc-csi.org/IMG/pdf/TU_develop_ES.pdf

Tendo esta visão como referência, o movimento sindical das Américas está comprometido a participar ativamente – aliado a outros movimentos sociais – no processo de definição, implementação e avaliação das políticas de desenvolvimento e cooperação dos Estados. Neste marco, a CSA pretende incidir na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030) e dos acordos do processo global sobre financiamento do desenvolvimento, reivindicando uma proposta de desenvolvimento construída pelo movimento sindical, cuja sustentabilidade permita harmonizar as dimensões trabalhista, social, política, econômica e ambiental. ⏪

Igualdade de gênero: Novas agendas, velhos desafios

Mónica Novillo

Que a pobreza tem rosto de mulher, mais que um slogan é uma constatação no mundo, e especialmente em nossa região. As mulheres e as meninas compõem mais da metade da população mundial e são as mais afetadas pela pobreza, desnutrição, falta de acesso à saúde ou à educação.

Em 2000, os governos mundiais iniciaram uma cruzada contra a pobreza, comprometendo-se a eliminá-la no marco dos chamados oito objetivos do milênio, delimitando o caminho a seguir para acabar com a pobreza extrema, combater a fome, facilitar o acesso das meninas à escola e proteger o planeta.

Quinze anos depois, os processos de revisão dos avanços no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), evidenciaram que, apesar dos esforços realizados, as conquistas estavam longe dos compromissos propostos inicialmente.

As críticas das organizações feministas à Agenda do Milênio estão centradas na falta de ambição, de alinhamento aos acordos prévios de direitos humanos e particularmente aos direitos das mulheres, e na desconexão das agen-

Mónica Novillo é comunicadora social, feminista e atualmente diretora executiva da Coordenadora de la Mujer-Bolivia. Coordenadora do Setor Feminista Global da AOED. Especialista em incidência em políticas públicas a partir da perspectiva de gênero, direitos humanos e planejamento.

das dos movimentos de mulheres no mundo. E ainda que existisse um objetivo específico (ODM3) voltado para a igualdade e o empoderamento das mulheres, ele foi limitado e não pôde se articular à Plataforma de Ação da IV Conferência da Mulher (Beijing, 1995). Os relatórios das Nações Unidas já advertiam sobre o retrocesso e o avanço reduzido do objetivo de igualdade de gênero, e sobre o risco de que o atraso freasse a possibilidade de alcançar os outros objetivos.

A nova agenda de desenvolvimento sustentável

A adoção da nova Agenda de Desenvolvimento, em setembro de 2015, coincide com a celebração de 20 anos da Conferência de Beijing, cuja avaliação identifica a persistência de desigualdade, brechas no acesso aos direitos e em seu exercício, e graves situações de discriminação. Após 20 anos, ratifica-se a necessidade de maior compromisso dos governos para avançar no empoderamento das mulheres, pois apesar do reconhecimento formal da relação entre desenvolvimento sustentável e igualdade de gênero, este não se traduz na implementação de políticas públicas e definição de orçamentos que permitam encarar o desafio da igualdade de gênero.

Em janeiro de 2016, entrou em plena vigência a nova Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030, representando um novo marco para quem trabalha com temas de desenvolvimen-

to, prometendo fundar as bases da construção de um mundo mais justo e igualitário, em harmonia com o meio ambiente, para os próximos 15 anos. Para a América Latina e o Caribe, a nova agenda de desenvolvimento tem particular relevância porque encara a desigualdade, que constitui o principal problema de nossa região, a partir de suas múltiplas dimensões.

Partindo de três pilares do desenvolvimento sustentável, a Agenda aborda aspectos fundamentais para a região em matéria de educação, moradia, segurança alimentar, provisão de serviços básicos, desenvolvimento urbano, proteção social e gestão de risco e catástrofes.

A chamada Agenda 2030 inclui entre seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) um objetivo específico para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e estabelece um conjunto de metas concretas em nível transversal. A Agenda Global, em matéria de gênero, propõe também três dimensões da autonomia das mulheres para chegar à igualdade plena: econômica, política e física, e ainda eliminar todas as formas de violência e garantir igual acesso aos recursos econômicos, assim como o reconhecimento e a valorização do trabalho não remunerado.

Sem dúvida, a Agenda 2030 constitui uma oportunidade para renovar os compromissos dos Estados com a igualdade de gênero, cumprir as promessas assumidas, tanto em Beijing quanto nos ODM, e promover transformações duradouras das condições em que ainda vive a maioria das mulheres no mundo.

Organizações da sociedade civil expressaram sua desconfiança em relação à nova Agenda, que requer uma forte vontade política para mobilizar os recursos que assegurem sua implementação, e que não se manifestou nos debates sobre Financiamento para o Desenvolvimento de Addis Abeba. Este fato ganha maior relevância para a América Latina, num contexto em que se reduziu o acesso a fontes de financiamento externo tradicional, como a ajuda oficial ao desenvolvimento, o que nos desafia a pensar novos mecanismos de financiamento.

Já se iniciou o processo denominado “localização” da Agenda, que considera a definição de indicadores de acompanhamento dos ODS por parte de cada país. As organizações da sociedade civil solicitaram que este processo se realize da maneira mais participativa possível. Querem também que a criação de mecanismos de transparência e prestação de contas e a identificação e priorização de indicadores de progresso de igualdade de gênero em todos os objetivos, e, ao menos, por sexo da informação pesquisada.

Está claro que o grande desafio na conquista da igualdade de gênero é promover e garantir que os Estados articulem a Agenda 2030 aos processos de planejamento, considerando planos, programas e projetos específicos, e a definição orçamentária necessária para assegurar sua implementação. <<

Juventude e cooperação internacional

Malena Famá, Aomori Matsumoto, César Artiga, Josefina Villegas

Maio de 2016, Cidade de Nova York, sede Central das Nações Unidas. A discussão estava começando a ficar acalorada e eu tentava segui-la na medida do possível, com meu inglês mais ou menos, dividindo o esforço entre compreender os tecnicismos e traduzir da melhor maneira minha futura intervenção.

Uma eterna lista de oradores, dois minutos para fala – em caso de conseguir ter a palavra –, “wording”, documentos prévios, parágrafos, incisos e negociações para ver que resoluções “passam” e quais não. Falava-se do futuro que é urgente e necessário criar e da Vida como direito a seguir defendendo, privilegiando e honrando.

Olhando a meu redor havia tantos *lobbistas* profissionais, pessoas que lidam fluidamente com dois ou quatro idiomas, com tanta precisão, com lupa para o detalhe de cada palavra, de cada ponto. Foi inevitável não me perguntar por que continuávamos tentando, meus companheiros e eu. Esse era realmente o lugar para os movimentos sociais e territoriais, para as organizações livres do povo. Logo chegou uma mensagem no meu celular.

No território, meus companheiros e companheiras organizavam a chegada de Eva, o bebê de uma de nossas líderes comunitárias

Malena Famá, Argentina; Aomory Matsumoto, México; Josefina Villegas, Argentina; Cesar Artiga, El Salvador.

mais lutadoras, militantes e aguerridas. Eva estava apurada, ansiosa por nascer, mas não conseguíamos nem leito no hospital, nem dinheiro para suas fraldas, nem alguma ropinha nova para que estresse ao nascer. Eva nasceria em situação de pobreza, numa família empobrecida, num bairro atingido pelos resultados de um sistema que rouba e nega o direito a um presente (e a um futuro) mais rápido do que crescem as contas *off shore* e apaga as esperanças na base da simples retirada de oportunidades.

E lá estávamos nós: mistura de OP¹ e coleta, recordando que Mario tinha o táxi e podia garantir o transporte, usando as redes para conseguir um carrinho e vendo como dar a Eva as boas vindas que merecia.

Para encurtar a história, uma hora atrás uma alta funcionária da ONU tinha nos perguntado quem de nós ainda mantinha contato com seu território e não vivia “na bolha de New York”. Só meus companheiros e eu pudemos levantar a mão.

Isso respondeu minha pergunta: não estávamos ali por nosso bilinguismo ou por nossa grande *expertise* em *wording* de Nações Unidas. Estávamos ali porque ainda representamos, com todos os nossos erros, a possibilidade de tornar visíveis, elevar e amplificar essas outras vozes, aquelas que histórica e sistema-

1 Operating partner, o sócio operador.

ticamente foram excluídas e silenciadas nas discussões públicas globais.

Militantes territoriais de base

A inclusão da juventude na agenda de Cooperação Internacional é uma inovação recente, iniciada como demanda própria do setor, que foi rapidamente cooptado por outros setores que – a partir de diferentes leituras e análises – apoiaram a reivindicação. Eventualmente, a necessidade de incluir mecanismos e instâncias efetivas de participação juvenil se tornou lógica e inquestionável, conseguindo estabelecer esta linha de maneira transversal no resto das agendas de Nações Unidas. A visão e imaginários de vida dos jovens começaram a ser levados em consideração por diferentes razões: há quem siga querendo defender a ideia de que “somos o futuro” (negando-nos o presente, de alguma maneira); outros defendem a inclusão da juventude a partir de um olhar mais “economicista” (a partir do qual a juventude é pensada como um ator chave nas perspectivas de desenvolvimento de um país e de sustentabilidade global); e ainda quem prefira enfatizar o nível de exclusão e vulnerabilidade que afeta a juventude no que diz respeito a quebra de direitos. E temos o surgimento de uma nova corrente que entende a participação dos jovens como a chave do direito de incidir em igualdade, como atores das decisões que nos afetam.

Passaram-se muitos anos desde que nossa participação deu o salto entre ser o discurso comovente do rosto jovem que não podia faltar numa *High Level Meeting*, a que nossas sugestões fossem incluídas nos documentos oficiais dos organismos internacionais ou que o Conselho de Segurança adotasse uma resolução com base no documento final de um de nossos encontros. Esse foi o caso, por exemplo, da Resolução 2250 do Conselho de Segurança, baseada na Declaração de Amman. Foram precursores deste salto – e acompanhamos com uma mistura de admiração e vontade de imitar e aprender – os companheiros e companheiras trabalhadores e feministas.

A realidade é que, após nos questionarmos se os encontros internacionais eram um espaço para a juventude latino-americana, pudemos concluir coletivamente que nossa participação era necessária, relevante e impostergável; particularmente porque necessitávamos transformar o estado de coisas no âmbito da Cooperação Internacional. Sendo testemunhas das potencialidades e oportunidades de impacto, era preciso impulsionar mudanças nos próprios sistemas de presença e participação, para que fossem mais representativos, privilegiando o protagonismo de atores territoriais, suas capacidades de proposta, seus conhecimentos e saberes comunitários.

Conseguimos chegar a este acordo compreendendo que grande parte da disputa pelo poder se dá na definição do sentido dos conceitos, que as lutas pelos espaços se dão “a partir de dentro” e que os lugares são ocupados com nossas vozes e compromisso. Também foi assim que chegamos à conclusão de que devíamos nos organizar para esta tarefa, profissionalizar nosso fazer e focar no que somos e temos, mais que nas ausências.

Somos militantes territoriais de base, de mãos trabalhadoras e costas cansadas. Filhos de nossos pais, muitos e muitas já mães e pais vendo que o futuro já chegou e queremos honrar que o dos nossos filhos, assim como sonhamos o nosso, um futuro justo.

Somos em muitos casos a primeira geração de nossas famílias que chega à universidade. Somos, também, em muitos casos, atores políticos e partidários, ainda que em nossos espaços setoriais não representemos o partido. Acreditamos na política como o espaço de transformação das realidades e de construção ou apoio dos projetos de desenvolvimento que queremos para nossos povos, países e regiões. Não precisamos nos esconder atrás do discurso ascético de muitas ONGs, que sabemos serem as fachadas de empresas, corporações, mídia e governos.

Vemos na Cooperação Internacional uma ferramenta, que está longe de ser perfeita, e que em

muitas ocasiões constitui um mecanismo perverso que potencializa e agudiza as desigualdades e a exclusão. Mas que não deixa de ser uma ferramenta, um espaço, uma arena de discussão e de combate pelo sentido, pelo que, quem e como. Uma ferramenta que nos custa aprender a usar, que nos exige preparação e estudo, mas, sobretudo, a dose exata de relação entre o contato e a consciência de tudo o que acontece no território – nossos bairros, comunidades e países – com a capacidade técnica e política de deixar isso registrado num parágrafo, que mais tarde se transforme num fundamento, um lugar seguro onde pisar para defender nossos direitos.

Os sinais dos tempos nos convocam a assumir uma cooperação internacional baseada na so-

lidariedade e a partir da reciprocidade, que respeite o direito à autodeterminação das nações, em que as administrações de Estado e Governo, assim como as dos organismos internacionais, sejam instrumentos para dar respostas aos desafios enfrentados pelos povos no cumprimento de seus direitos. Hoje, os espaços, mecanismos e oportunidades da juventude para opinar e participar nesta agenda se ampliaram e se fortaleceram a partir destas instituições de maneira significativa. Continua sendo urgente e necessário que nos organizemos territorial e regionalmente como juventude latino-americana, para estar à altura do desafio e conseguir uma participação e uma presença que resulte real e representativa. <<

AMERICA LATINA *en movimiento*

Publicação internacional de análise e
opinião da Agência Latino-Americana
de Informação (ALAI)

ISSN No. 1390-1230

Diretor: Osvaldo León

ALAI: Endereço postal

Casilla 17-12-87, Quito, Equador

Sede no Equador:

Av. 12 de Octubre N18-24 y Patria

Of. 503, Quito, Equador

Tel: (593-2) 2528716 / 2505074

Fax: (593-2) 2505073

Site: <http://alainet.org>

Redação:

info@alainet.org

Assinaturas e publicidade:

alaiadmin@alai.net.org

ALAI é uma agência informativa sem
fins lucrativos constituída em 1976
na província de Quebec, no Canadá.

Foto de capa

AOED

Desenho da capa

Verónica León

515

Edição em espanhol

julho 2016

Ano 40, 2ª temporada

Edição em português

julho 2016

As informações contidas nessa publicação podem ser
reproduzidas desde que devidamente mencionada a
fonte com o envio de uma cópia à redação.

As opiniões contidas nos artigos assinados são de estrita
responsabilidade de seus autores e não refletem
necessariamente o pensamento da ALAI.

Assinatura da versão impressa em espanhol (10 números anuais)

	Individual	Institucional
Equador*	US\$ 34	US\$ 40
América Latina	US\$ 60	US\$ 80
Outros países	US\$ 75	US\$ 140

Como assinar:

www.alainet.org/revista.phtml

São aceitos pagamentos pela Internet



Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro
<http://www.sengerj.org.br>

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) completa, neste ano de 2016, 85 anos de lutas por uma sociedade justa, igualitária e inclusiva, pela democracia e pela soberania nacional. Fundado em 22 de setembro de 1931, foi o primeiro sindicato da categoria, então chamado, por atuar em âmbito nacional, de Sindicato Central dos Engenheiros. Sempre com sede no Rio de Janeiro, em 1978, após trabalhar ativamente em conjunto com os movimentos sociais para o fortalecimento do movimento sindical em todo o país, passa a representar os profissionais do estado como o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ). Saiba mais: www.senge-rj.org.br

Av. Rio Branco 277, 8º andar, Rio de Janeiro - RJ - Cep:20040-009

Telefone: (21) 3505-0707

Email: secretaria@sengerj2.org.br

Facebook: <https://www.facebook.com/senge.rio>

Twitter: <https://twitter.com/sengerj>

JORNAL DO Engenheiro
SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Orçamento de 2015 prevê gasto superior a R\$ 1 trilhão com dívida pública

Encontro Diretor do Sengen RJ se reúne com estudantes

Maria Lúcia Fatorelli desmonta a tese de que vivemos uma "crise econômica" e afirma que a auditoria é a ferramenta para conhecer a real natureza da dívida pública

SMP dos engenheiros completa 50 anos em abril

Trabalhadores do setor elétrico definem pauta

SINDICATO DISCUTE DA INF

Entidades e debates em homenagem

JORNAL DO Engenheiro
SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ESPECIAL/GOLPE

GOLPE CONTRA A DEMOCRACIA

TEMER JAMAIS! LUTAR SEMPRE! NÃO ACEITAREMOS RETROCESSO!

Primeira mulher presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, foi afastada por 180 dias após sessão no Senado, desrespeitando mais de 54 milhões de votos

CUT E FISENGE REAFIRMAM LUTA PELA PROTEÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS

QUEM QUER O IMPACHMENT?

JORNAL DO Engenheiro
SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LUGAR DE MULHER É ONDE ENQUISER!

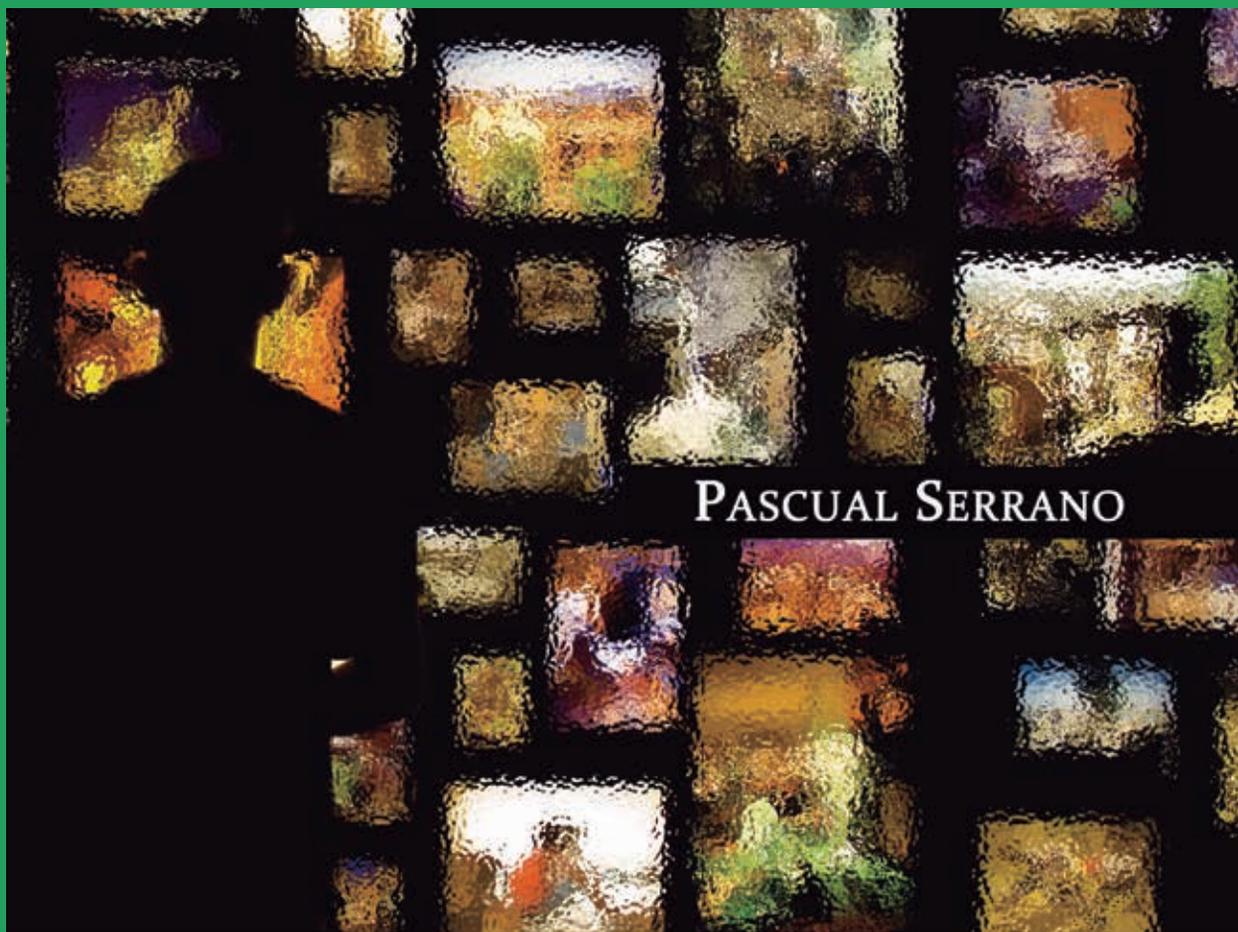
Ô VEJA VAI TE CATAR!

Impachment: mídia é acusada de golpista e machista

AS REVISTAS "VEJA" E "ISTO É" GERARAM PROTESTOS

ELEIÇÕES SENGE 2016
"Compromisso com a Democracia" para o triênio 2016-2019. Pág. 111

Marcelo
Empresas usam crise para retirar direitos



PASCUAL SERRANO

EM DEBATE 1)

APRESENTAÇÃO
VITO GIANNOTTI
PREFÁCIO
IGNÁCIO RAMONET

DESINFORMAÇÃO
COMO OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO
OCULTAM O MUNDO



Senge·RJ

fisenge

Federação Interestadual de
Sindicatos de Engenheiros